

DISCURSO

**DESEMBARGADOR SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE -
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS
GERAIS**

**INSTALAÇÃO DA 2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DE
EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE BRASÍLIA DE
MINAS**

**28 de agosto de 2009 – 11 horas – Fórum Nelson
Hungria – Avenida Rui Barbosa, 300 – Brasília de Minas**

Brasília de Minas, segundo os historiadores, originou-se do desmembramento da freguesia de Morrinhos, a mais antiga da margem do rio São Francisco. Criou-se, então, a paróquia de Sant'Ana de Contendas. Contam que a denominação se deve às desavenças entre os habitantes sobre a escolha do local onde seria construída a igreja.

O arraial de Contendas é elevado a vila em 1890. Em 1901, recebe o nome de Vila de Brasília e, em 1923, tem o nome reduzido para Brasília.

Mas, a transferência da Capital da República para o Planalto Central, com denominação idêntica, alterou o nome desta cidade. Em 1962, torna-se Brasília de Minas, segundo informações da Secretaria de Estado de Cultura. São fatos importantes a serem lembrados num dia especial como este.

A Justiça chegou em 1948, com a instalação da Comarca, formada pelos municípios de Brasília de Minas, Campo Azul, Japonvar, Luislândia, Ponto Chique e Ubaí, bem como pelos distritos de Angicos de Minas, Fernão Dias, Nova Minda e Bentópolis de Minas.

Mensalmente, são distribuídos na comarca mais de 320 processos, sendo julgados quase 180. Encontram em andamento mais de 7 mil e 600 ações. Esses dados incluem também os Juizados Especiais e foram consolidados pelo Centro de Informações da Secretaria da Secretaria de Planejamento do Tribunal.

Os números deixam clara a necessidade de ampliação da estrutura de atendimento à população. É preciso dizer que várias comarcas do Estado de Minas se encontram também em situação de grande carência.

No entanto, esta Administração precisou basear-se em fatores objetivos que tornassem viáveis a imediata instalação de novas unidades jurisdicionais. Foram observados, além da movimentação processual, outros dois critérios: a existência de espaço físico e de quadro de servidores para o funcionamento da vara judicial.

Brasília de Minas, felizmente, pôde ser contemplada. Assim, este é um momento importante para o Judiciário e para esta Comunidade. Estou satisfeito por dar mais um passo no sentido de melhorar a capacidade de julgamento e corresponder às expectativas desta gente.

Todos os operadores do direito estão hoje às voltas com uma difícil realidade. As demandas aumentam a cada dia, sem que o Poder Judiciário possua condições de fazer os investimentos necessários na estrutura de atendimento à população.

Esse quadro tem levado o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, a defender um número equilibrado de processos por juiz. E como isso seria possível? “Criatividade” é uma das palavras-chave usadas pelo ministro.

Percebe-se que o fortalecimento do espírito da cidadania tem gerado milhões de ações judiciais. Em parte, essa é uma questão positiva, mas se torna impossível fazer os investimentos exigidos.

É necessário pensar em outras alternativas. Dentro do próprio Judiciário, já estão sendo criados mecanismos para agilizar os processos e imprimir pronto-atendimento à população. Entre essas iniciativas, podem ser citados a conciliação, os investimentos em informática e, especialmente, o processo eletrônico.

No entanto, mais que aparelhar o Judiciário, é preciso repensar a cultura da judicialização dos conflitos. A sociedade e seus líderes precisam encontrar novos caminhos para resolver suas questões.

Tenho enfatizado que, administrativamente ou através de acordos extrajudiciais, é possível solucionar controvérsias de forma mais rápida e menos onerosa, deixando, para o Judiciário, somente os fatos mais complexos. O próprio Poder Público, que figura como parte em inúmeros processos, pode contribuir nesse sentido, baixando o volume de ações.

Essas saídas vêm sendo defendidas, insistentemente por juristas e operadores do direito. Percebe-se que a capacidade de trabalho exigida hoje de magistrados e servidores está além da condição humana. Isso tem penalizado as equipes que atuam no Judiciário, porque, infelizmente, não existem os recursos necessários para aumento dos quadros.

Não poderia deixar passar esta oportunidade de defender a instituição à qual pertenço, digna de todos os meus esforços e dedicação, sinônimo de Justiça.

Para concluir, gostaria de cumprimentar, especialmente, o Juiz Edson Andersen Magalhães Longuinhos e toda a dedicada equipe desta Comarca. Não poderia também deixar de citar os Operadores do Direito, representantes do Executivo e Legislativo municipais, as autoridades, líderes e, principalmente, esta valorosa Comunidade.

Deixo registrados os meus votos de que todas as nossas ações, como homens públicos, estejam voltadas para o engrandecimento dos cidadãos da Comarca de Brasília de Minas.

Muito obrigado a todos.